

EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE: experiência de formação de professores da educação básica^{105*}

Maria do Socorro Borges da Silva¹⁰⁶

Universidade Federal do Piauí

Resumo

Este artigo relata experiência de formação vivenciada por meio das atividades desenvolvidas no Projeto de Formação Docente em Educação para os Direitos da Infância e Juventude, desenvolvido por meio da Coordenação de Programas e Projetos de Extensão da Universidade Federal do Piauí, como prática do Observatório de Juventude, Violência e Cultura de Paz na Escola, do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação, Gênero e Cidadania, realizada na comunidade escolar “Mãos Dadas”, no Parque Alvorada, região periférica de Timon-MA, território marcado pela violência estrutural, principalmente entre as demandas infanto-juvenis. Combinando a dimensão teórico-prática, o texto apresenta performance descritiva do Projeto e das atividades desenvolvidas no Curso de Formação Docente em Educação para os Direitos da Infância e Juventude. A experiência traz a compreensão de que educar em direitos humanos deve partir da inteireza do que é o ser humano, entendendo que ele é a razão que mobiliza tal perspectiva, tendo a vida com dignidade como princípio maior. Contribui para a reflexão sobre os nossos modos de educar para uma cultura de direitos humanos e corrobora como experiência inovadora no tocante ao modelo de formação docente herdado, historicamente viciado em legitimar formas de exclusão.

Palavras-chave: educação, direitos humanos, Juventude, formação de professores.

105 Recebido em: agosto/2013. – Aceito em: setembro/2013.

106 Professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no Departamento de Fundamentos de Educação, com uma trajetória de docência na área de História e Sociologia da Educação. Atua no “Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Cidadania (NEPEGECI) e no Observatório de Juventude, Violência e Cultura de Paz da UFPI. E-mail: socorrocaxias@yahoo.com.br.

Education, human rights and youth: experience of basic education teacher education

Abstract

This article reports the process of formation experienced by the activities developed in the Teacher Training Project in Education for the Children and Youth Rights developed through the Coordination of Program and Projects of Extension from Universidade Federal do Piauí, as a practice of the Youth, Violence and Culture of Peace in the School Observatory, Center of Studies and Research in Education, Gender and Citizenship in the school community “Mãos Dadas”, at Parque Alvorada, peripheral region of the city of Timon - Maranhão, that borders Piauí, territory marked by structural violence, especially among children and youth demands. Combining theoretical and practical dimension, the text presents a clear descriptive performance of the Project and the activities developed in the Course of Teacher Training in Education for the Children and Youth Rights. The experience leads to perception that human rights education should start from the entirety of what is the human being, understanding it as the reason that mobilizes such perspective, having a dignity life as a major principle. It contributes to the reflection about our ways of educating for a culture of human rights and supports innovative experience as opposite to the model of teacher education inherited, historically addicted to legitimize forms of exclusion.

Keywords: education, human rights, Youth, teacher training.

Introdução

O ato de pensar sobre educação em direitos humanos entre os diversos modos de ser e estar jovem em espaços escolares da educação básica nos remete a pensar sobre a construção de uma cultura educacional para além do capital, aquela, talvez, ensejada na fascinante música “Imagine” de John Lennon do grupo The Beatles, que encantou as juventudes do mundo inteiro a partir da geração dos anos 70 do séc. XX e as levou a refletir sobre como seria o mundo sem fome, sem guerras, vivendo em paz. Uma miragem que certamente ultrapassa a vertigem neoliberal ditada pelas leis do mercado na vida contemporânea, submersa em um tipo de cultura e de cidadania do consumo, levando-nos a questionar - e nesse ato há um enorme esforço

para não sermos capturados pelo “canto da sereia” que é o capitalismo em sua feição atual - sobre qual modelo de direitos humanos essa democracia de mercado nos oferece e nos impõe, como instiga Pelbart (2000). Isso requer pensar uma educação que não se contente apenas com as garantias, mas que tenha como perspectiva a efetivação das políticas públicas como lugar da ação política da liberdade e da pluralidade (ARENDDT, 2001) e não apenas como política compensatória.

Assim pensando, logo se percebe que não é suficiente uma sociedade que se limita à institucionalização dos direitos, por mais que eles expressem o poder das lutas por uma vida humana com dignidade, pois, se assim o fosse, bastariam todas as reformas, estatutos, leis e projetos em via de regulamentação na sociedade brasileira. Bastar-nos-iam, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para solucionar a problemática da infância e juventude no que diz respeito à construção da cidadania desses sujeitos de direito. De fato, a realidade que diariamente bate à nossa porta e nos invade a alma denuncia que a questão da dignidade, da cidadania, da democracia no solo brasileiro necessita de ser apreendida como desafio educacional para além da constitucionalidade e assecuridade dos direitos; chegarmos, assim, à sua efetivação e à apropriação do saber sobre os mecanismos de como efetivá-los.

Então, para que se chegue a uma cultura de direitos humanos, tomo como palavra o pensamento essencial de Michel Foucault quando nos lembra que o sujeito é invenção, a verdade é a vida, e a ciência é invenção, e que saber é poder e poder se institui nas formas de saber (VEIGA-NETO, 2007). Se assim nos permitirmos pensar, a escola pode então ser vista como o lugar da invenção, onde se pode criar uma cultura política de resistência enraizada no cotidiano por meio de maneiras de fazer (táticas), pelas quais os sujeitos, professores e jovens alunos se apropriam da própria ordem ou funcionamento do sistema para subvertê-lo (CERTEAU, 1994). Ao desenvolver esses modos de subjetivação política, os jovens da contemporaneidade poderão ter a escola como um espaço de vivência de todas as suas experiências de comparecimento e adesão em torno do que acontece à sua volta e na sociedade em geral, assumindo ações junto

com outros em prol da igualdade, da justiça e da emancipação, como maneiras também de esses jovens construir um lugar de pertencimento, que acarreta responsabilidade e os impulsionam para a ação política.

Ao mesmo tempo em que nos empodera, pensar como Foucault nos adverte sobre o desafio da formação dos professores, redes de transmissão por onde circula esse saber – poder na mediação com os jovens, também pontos de saber-poder. Os saberes que esses professores carregam em suas bagagens são capazes de atender aos apelos de uma educação em direitos humanos? Esses saberes, acumulados ao longo de suas experiências e processos de formação profissional, darão conta de subsidiar as temáticas e problemáticas discursivas introduzidas nos currículos e levantadas de forma interdisciplinar e transversal numa perspectiva educacional voltada para a promoção dos direitos humanos? O que a maior parte da literatura lida e dos relatos que os professores proferem nas andanças pela escola pública de ensino básico diz sobre os limites da formação política, afirmando que os professores não estão preparados para educar para essa finalidade, que suas bagagens não são suficientemente fundamentadas para produzir e instigar a produção de um conhecimento em sala de aula que leve os jovens a desenvolverem processos educativos nessa direção, embora, suas tentativas ensaiem tal modelo e constantemente convivam com os ditames de uma realidade de violação dos direitos humanos, vivência que exige deles uma competência que atravessa suas formas de educar.

Assim, por termos constatado a tensão e o incômodo trazidos por essa realidade que insiste, por um lado, em violar os direitos humanos e, do outro, em reproduzir um modelo educacional pouco eficaz na construção de uma educação de valorização, proteção da pessoa humana e do conhecimento de seus direitos, principalmente quando se trata da formação docente, elaboramos o *Projeto de Formação Docente em Educação para os Direitos da Infância e Juventude*, experiência relatada neste artigo, desenvolvida como projeto de extensão da Universidade Federal do Piauí, como prática do Observatório de Juventude, Violência e Cultura de Paz na escola e do Núcleo de Estudos

e Pesquisa em Educação, Gênero e Cidadania, na comunidade escolar “Mãos Dadas” no Parque Alvorada em Timon- Maranhão. Trata-se de um território com uma tessitura social marcada pela violência estrutural, principalmente entre as demandas infanto-juvenis (MACEDO; BOMFIM, 2007), mas esse lugar tem sido também um oásis, fonte de fertilidades na produção de ensaios diários de novas maneiras de ser, fazer e pensar a educação na sua dimensão ontológica, pois o Projeto Educativo “Mãos Dadas” da Associação Daniel Comboni tem como objetivo ofertar educação gratuita, integral e solidária a segmentos vulneráveis socialmente, contribuindo para o aumento da qualidade de vida e emancipação dos direitos de cidadania dos beneficiários. Dentre seus objetivos específicos, se destacam os de ofertar ensino regular intra e extraescolar nos níveis infantil e fundamental para crianças, adolescentes e jovens carentes do Grande Parque Alvorada, região periférica da cidade de Timon que liga Maranhão e Piauí, produzindo impactos sociais de risco em ambos os contextos, e proporcionar serviços de acompanhamento e assistência aos alunos e familiares beneficiados pela Associação e pelo Centro de Referências em Direitos Humanos “Mãos Dadas”, entidade de proteção, assistência e formação em direitos humanos, criado a partir desse Projeto originário descrito nesta produção.

Assim, objetivamos aqui, refletir sobre os fundamentos da educação em direitos humanos na interface com a questão da juventude, enfatizando os desafios da formação de professores e relatar experiência de formação docente em direitos humanos na temática da juventude na educação básica vivenciada por meio das atividades desenvolvidas no Curso de Formação Docente em Educação para os Direitos da Infância e Juventude.

Ao socializar essas experiências localizadas, situadas num plano micro da escola, mas não menos importantes, já que elas representam uma nova performance de poder descentralizado, horizontalizado, uma força que nasce dos solos áridos das práticas educativas de educadores e jovens, acreditamos estar contribuindo para a arquitetura de novos modos de educar, sobretudo, numa perspectiva da construção de uma cultura de justiça e paz, pois “*não é loucura, nem sonho. Além de mim há*

mais alguém, se junte a quem pense assim também. Que esse mundo vai ser um só.” (John Lennon, Beatles, 1971).

Educação em direitos humanos: uma cultura em construção

O ato de educar é um exercício diário de aprender a viver com dignidade. E a “dignidade é ponte e olhar. E reconhecimento e respeito. A dignidade é o amanhã. Mas o amanhã não pode ser se não é para nós todos, para os que somos nós e para os que são outros. A dignidade é então uma casa que nos inclui e inclui o outro [...]”. (MARCOS, 2001 apud CANDAU 2002).

Capturando a ideia expressa nesse poema, entendemos que educação em direitos humanos é uma “casa” em construção que nos inclui a todos, habitada por nossa diversidade cultural, para nos dizer também que ela não se construiu sem nossa participação. Nesse sentido, é necessário entendê-la como uma nova produção cultural que atrevesse todas as dimensões da vida e que seja alternativa àquela ensinada e vivida pelos caminhos da história do Brasil, testemunhada por nós e que se encontra sob os alicerces de um modo de ser autoritário e patrimonialista, seja nas relações cotidianas, seja nas instituições, como o Estado, constituindo-se, portanto, em um dos maiores desafios políticos e educacionais do nosso país. Esse entendimento é essencial como ponto de partida de nossa reflexão sobre educação em direitos humanos, já que tal designação ou representação expressa não apenas um conceito, uma ideia, mas, principalmente, uma luta real de sujeitos e instituições que buscam normatizar uma cultura política, social, econômica que valorize a dimensão humana como seu princípio norteador e o direito como instrumento de garantia da condição de uma vida plena. Compartilhando da visão Carbonari:

[...] educar em direitos humanos é promover a ampliação das condições concretas de vivência da humanidade. Nesse sentido, a educação em direitos humanos, mais do que um evento, é um processo de formação permanente, de afirmação dos seres humanos como seres em dignidade e direitos e da construção de uma nova cultu-

ra dos direitos humanos (nova institucionalidade e nova subjetividade). (CARBONARI, 2009, p. 141).

Assim, falar em direitos humanos só adquire sentido em uma sociedade que cria possibilidades legítimas de todos os seres humanos serem felizes, com possibilidades de alcance do bem-estar que lhes permitam satisfazer as necessidades básicas em um nível digno de vida. Educar em direitos humanos significa educar para a dignidade, para a paz, para a democracia, para a responsabilidade social, para o reconhecimento e aceitação da diversidade e para a capacidade de resolver conflitos de forma não violenta, nutrindo os sentimentos de solidariedade e de equidade em nível nacional e planetário (RAYO, 2004).

Benevides (2011) dirá que essa educação em direitos humanos requer uma mudança cultural, que possa realmente mexer com o que está mais enraizado nas mentalidades, muitas vezes marcadas por preconceitos, por discriminação, pela não aceitação dos direitos de todos, pela não aceitação da diferença. Trata-se, portanto, de uma mudança cultural especialmente importante no Brasil, pois implica a derrocada de valores e costumes arraigados entre nós, decorrentes de vários fatores historicamente definidos, como a escravidão, que significou exatamente a violação de todos os princípios de respeito à dignidade da pessoa humana, a começar pelo direito à vida; nossa política oligárquica e patrimonial; nosso sistema de ensino autoritário, elitista, e com uma preocupação muito mais voltada para a moral privada do que para a ética pública; nossa complacência com a corrupção, dos governantes e das elites, assim como em relação aos privilégios concedidos aos cidadãos ditos de primeira classe ou acima de qualquer suspeita; nosso descaso com a violência, quando ela é exercida exclusivamente contra os pobres e os socialmente discriminados; nossas práticas religiosas essencialmente ligadas ao valor da caridade em detrimento do valor da justiça; nosso sistema familiar patriarcal e machista; nossa sociedade racista e preconceituosa contra todos os considerados diferentes; nosso desinteresse pela participação cidadã e pelo associativismo solidário; nosso individualismo consumista, decorrente de uma falsa ideia de “modernidade”.

Talvez, pensar sobre educar em direitos humanos a partir de um olhar que questione os alicerces da “nossa casa” nos deixe um tanto desanimados para a sua reconstrução ou nova construção. Mas entendemos que a condição de ser humano é de estar em processo permanentes de construção, elaboração, revisão de conhecimentos, de valores, de atitudes e de comportamentos, e esses processos são construídos nas relações estabelecidas com a natureza e entre as pessoas nas diferentes instituições sociais (SILVA, 2010).

O que importa é compreendermos que a construção de “nossa casa”, para assim expressar uma concepção educação em direitos humanos, passa por nós e pelos os outros, pela família, escola e pela sociedade. Parafraseando Tom Zé na letra da música cantarolada por Ana Carolina, passa, como começo de caminho, pela unimultiplicidade, onde cada um é a casa da humanidade.

Educação em direitos humanos: juventude e os desafios da formação de professores

A Educação Básica é uma das cinco áreas englobadas pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNE-DH), revisado em 2006, documento que aprofundou e deu novos rumos para a educação em direitos humanos no Brasil e que traz, entre os seus princípios norteadores, a intenção de “[...] ser um dos eixos fundamentais da educação básica e permear o currículo, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, o projeto político pedagógico da escola e os materiais didático-pedagógicos, o modelo de gestão e a avaliação [...]” (PNEDH, 2006, p.32). Entretanto, a novidade da proposta e a timidez de sua abordagem são dificuldades que o Plano enfrenta, principalmente no que concerne ao processo de formação de professores (VIOLA, 2010 apud SILVA; TAVARES, 2010).

Ao longo do percurso da história dos cursos de formação docente, observa-se um viés tecnicista, instrumental, fixado em saberes disciplinares, oferecendo aos professores uma compreensão fragmentada da vida, da sociedade e da pessoa huma-

na. Assim, a potencialidade política do professor de intervir e de produzir saberes capazes de gerar uma educação em direitos humanos encontra-se limitada por tal desafio, afirmando que:

[...] a formação política dos professores/as é, com frequência, negligenciada pelos cursos de formação inicial e até mesmo pelos agentes responsáveis pelas iniciativas de formação continuada desses profissionais. Existem poucos espaços, nos currículos da maior parte das escolas de formação de professores/as, destinados ao conhecimento e análise da realidade, a discussão sobre a politicidade do ato de educar, ou seja, sobre o “por quê”, o “para quê”, “a quem” e “contra o quê” educar [...] (NASCIMENTO, 2010, p. 118-119 apud CANDAU, SCAVINO, 2003/;)

Tal problemática assume contornos mais controversos quando se investiga sobre o papel da Educação Básica e da escola na formação de sujeitos de direitos, da formação cidadã, especificamente tratando-se dos jovens, sujeitos convidados a vivenciarem seus modos de expressão e seu protagonismo nos espaços escolares. Como nos adverte Silva (2010), a escola tem como papel preponderante na formação humana que vai além da apreensão cognitiva dos conteúdos, envolve valores, atitudes e deve voltar-se para as camadas sociais economicamente desfavorecidas, já que ela é o principal ambiente de aprendizagem, de socialização, um espaço privilegiado para a construção e consolidação da cultura de direitos humanos.

Ela é um espaço social privilegiado onde se definem a ação institucional pedagógica e a prática e vivência dos direitos humanos. Nas sociedades contemporâneas, a escola é local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas. (BRASIL, 2009, p. 39).

Conforme o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, esse processo educativo deve visar à formação do ci-

dadão participante, crítico, responsável e comprometido com a mudança daquelas práticas e condições da sociedade que violam ou negam os direitos humanos. Visa à formação de personalidades autônomas, intelectual e afetivamente, sujeitos de deveres e de direitos, capazes de julgar, escolher, tomar decisões, serem responsáveis e prontos para exigir que não apenas os seus, mas também os direitos dos outros sejam respeitados e cumpridos. Em suas linhas gerais, pretende fortalecer o princípio da igualdade e da dignidade de todo ser humano, reafirma o regime democrático como o que oferece mais condições para a concretização dos direitos humanos, considera a indivisibilidade e a interdependência entre todos os direitos: civis, políticos, econômicos, sociais e culturais (SILVA, 2010).

Corresponder a essa expectativa, com certeza, é um grande desafio da educação básica e da formação dos professores, principalmente porque ainda subsiste em “nossas casas”, entre elas a família e a escola, a concepção sobre juventude como delinquência, dos jovens como “anormais”, caracterizados pelo perigo e perversão, imagem preservada, inclusive, pela máquina jurídica, a exemplo dos “adolescentes em conflito com a lei”. No campo das políticas públicas, os jovens são tratados como fatores de risco, vulneráveis socialmente, e como os principais reprodutores da cultura de violência, inclusive, na escola.

Segundo Sposito e Carrano (2003 apud HADLER e GUARESCHI, 2010), a partir dessa visão sobre os jovens, as políticas públicas de juventude passam a ajeitar práticas que promovem o desenvolvimento de capacidades e competências do jovem, bem como a sua inserção como projeto do governo do Estado. Capacitação, competência e inclusão é a tríade que tem acompanhado as políticas públicas de juventude desde seus primeiros esboços.

Daí, a produção do sujeito jovem passa por duas identidades. A primeira, a do jovem produtivo, sendo aquele que deve saber aproveitar as oportunidades que lhe são oferecidas e reproduzir as condições de indivíduo politicamente correto, dócil e útil, como se observa, por exemplo, nos Projetos Agente Jovem, Programa Escola Aberta, Programa escola de Fábrica e nos programas de bolsas. Tal vertente acontece por meio do discurso do

Protagonismo Juvenil, do jovem empreendedor que sabe aproveitar as oportunidades do mercado. A segunda identidade diz respeito ao sujeito jovem cidadão, aquele que busca ter “acesso ao mercado de trabalho, ao crédito, à renda, aos esportes, ao lazer, à cultura e à terra” (BRASIL, 2006, p.7) e está sincronizado diretamente como sujeito de direitos. Os discursos de oportunidade e direitos voltados para a população juvenil são tomados como um conjunto estratégico de regulamentações que vem determinar campos de domínio sobre os sujeitos jovens.

Construir uma cultura de direitos humanos ou uma educação em direitos humanos que possa ir além dos imperativos do mercado parece ser um grande desafio educacional dos professores, principalmente porque, nas sociedades contemporâneas, grande parte de nossa experiência identitária e de cidadania foi deslocada para as relações de consumo, e existe uma angústia por não sabermos os caminhos que devemos percorrer, uma crise dos modelos explicativos (BARROS, 2009).

Nesse sentido, a escola pode ser esse espaço/território sociocultural de encontro entre as diferentes identidades transitórias, que, ao dialogarem, se recriam, se afirmam e se transformam, na medida em que conseguem educar para preservação da vida e da dignidade humana, condições primárias de uma cultura de direitos humanos. Tal perspectiva passa necessariamente pelo processo de formação docente, elo para se chegar aos jovens nas suas experiências diárias de educação.

Experiência de formação docente em direitos humanos na temática da juventude na educação básica.

Falar em nome da categoria experiência nos parece por demais humano, prazeroso, próximo. Palavra extremamente oportuna para expressar modos de acontecer, ensaios de educação em direitos humanos, pois, como nos diz Bondia (2002), a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não é o que se passa, não é o que acontece ou o que toca. Algo difícil de vivenciar nessa sociedade da informação, da notícia, da rapidez, do utilitário, onde não existe tempo para acon-

tecer e onde o sujeito fabricado e manipulado pelos aparatos tecnológicos da informação e da opinião encontra-se incapaz de viver, de experienciar. Nessa lógica destrutiva da experiência pela qual, cada vez, temos menos tempo, “o sujeito da formação permanente e acelerada [...] é um sujeito que usa o tempo como um valor ou como uma mercadoria [...]. Com isso, também em educação estamos sempre acelerados e nada nos acontece.” (BONDIA, 2002, p. 4).

O *Projeto de Formação Docente em Educação para os Direitos da Infância e Juventude* pretende ser uma “fuga” ou uma “resistência” a essa lógica instituída pela sociedade de consumo, não pela sua grandeza, mas pela sua miudeza, no sentido mesmo das coisas pequenas que atravessam a nossa vida e nos pedem uma parada. Uma prática de olhar por dentro, ou para dentro das práticas educativas e escolares, e de estar sempre aberto para sua própria transformação, que, a cada passo, se experiencia, no sentido de vivenciar a condição de casulo e de borboleta, possibilidades roubadas na cotidianidade do tempo presente, *lugares geométricos* utilizados como dispositivos nos momentos de formação do Projeto para produzir confetos, ou seja, produzir conceitos a partir das relações de afeto (PETIT, 2003).

No Projeto, se articulam as dimensões da extensão, pesquisa e ensino por meio da formação de professores que já atuam em realidade educacional com acentuados problemas relacionados à violência e outros fatores geradores de risco às populações infante-juvenis, com o caráter de intervenção na comunidade escolar, promovendo um ensino comprometido com a mudança desse quadro social. Assim, o projeto visa proporcionar aos professores um processo de qualificação, capacitando-os teórica e pedagogicamente no enfrentamento de situações cotidianas de conflitos, e no aprimoramento de um paradigma educacional alternativo, alicerçado em uma abordagem que vise à construção de uma cultura de paz e de promoção dos direitos humanos básicos, mais especificamente, dos direitos referentes à educação para a vida de crianças, de adolescentes e de jovens.

A capacitação docente foi oferecida através de Curso de Formação, com uma metodologia que articula a dimensão teórico-prática, constituindo-se em um laboratório de experiências

e de pesquisa-ação, tendo, como perspectiva de culminância do processo a aprendizagem para a autonomia, a participação e o protagonismo social, tanto dos educadores como dos alunos assistidos pela comunidade escolar e suas respectivas famílias.

Partimos, como procedimento metodológico do Projeto, do diagnóstico da realidade escolar por meio de reunião com representantes da Associação Daniel Comboni e da Comunidade Escolar “Mãos Dadas” e de oficinas com os professores. Mais tarde, a partir de fevereiro de 2012, foi criado, como fruto do referido Projeto e das discussões sobre a temática em direitos humanos na entidade, o Centro de Referência em Direitos Humanos “Mãos Dadas”, significativa conquista para a região, já que a entidade oferece formação básica em direitos humanos e presta assistência social à comunidade em situações de violação de direitos.

“Vida e Prática Docente” como tema gerador da fase de sensibilização do Projeto

Uma atividade que marcou a fase diagnóstica do Projeto, caracterizada pela pesquisa, planejamento, elaboração de projetos e sensibilização do público-alvo do Curso de formação, foi a oficina “Vida e Prática Docente”, realizada no dia 12 de março de 2011, na comunidade Escolar “Mãos Dadas”. Metodologicamente, buscamos inspiração na abordagem filosófica sociopoética para ministrar a oficina, por ela favorecer a produção do conhecimento de forma democrática, por meio da arte, com o uso de técnicas de vivências que utilizam o corpo inteiro, vertente que facilita o trabalho pedagógico com crianças e jovens.

A vivência foi conduzida em três grandes momentos da Oficina: 1) “Saber silenciar”, na qual usamos como dispositivo pedagógico o silêncio e a ideia de *tempo filosófico*, valorizando a experiência individual de autorreflexão, com uso de técnicas corporais, norteadas pelas questões essenciais: Qual ou quem é o *referencial* de vida na prática docente? Qual o *alimento motivador* da prática docente? Nessa vivência, acionamos técnicas de valorização do corpo, como: o toque, o relaxamento e

a meditação, tendo a música como principal recurso didático. A produção de sentidos dessa primeira vivência foi sistematizada de forma artística em grupo, valorizando-se diferentes tipos, como escultura, modelagem, desenho, pintura, texto poético e performance. 2) “Saber falar, saber construir confetos”, ou seja, saber construir conceitos a partir das relações intersubjetivas, de afetos. Mediante a exibição do documentário *O que pode a Palavra*, da filósofa contemporânea Viviane Mosé, refletimos sobre a prática docente, enfatizando as experiências de palavras que cada professor é no cotidiano da escola. Como técnica para acionar a memória das práticas docentes, construímos um *caminho da memória* docente, com fotografias espalhadas no chão, por onde os professores faziam seus trajetos, vivificando as lembranças das experiências de palavras que *são e carregam* em seus corpos no cotidiano escolar. 3) “Saber construir afetos e sonhos”. Nesse momento, desenvolvemos a técnica *Filtro dos Sonhos*, em que os professores, ao juntarem seus pés, formaram um círculo e, com um barbante, construíram uma teia, anunciando as *palavras benditas* que refletem os sonhos da escola que desejam *ser* e se comprometem a construir. Reforçamos esse momento entoando o mantra “a vida é amor”, com o *abraço da paz* e o *agradecimento ao outro pela vivência*, em uma roda de músicas.

A experiência de “Casulo”: O Curso de Formação Docente em Educação para os Direitos da Infância e Juventude

Após a fase diagnóstica do Projeto, foi executada a segunda fase com o desenvolvimento do *Curso de Formação Docente em Educação para os Direitos da Infância e Juventude*, iniciado em abril de 2011, dividido em seis módulos de 20 h/a, com orientação dos seguintes procedimentos em cada módulo: *Intervenção I: Momento do “Casulo”*: 15h/a dedicadas à formação docente com estudo sobre a temática do módulo, em finais de semana, com o grupo de educadores, sob a mediação de um formador/monitor e mais 5h/a com estudos acompanhados por meio *on line*, pois criamos um *blog* do projeto; oficinas pre-

senciais. Para esse momento, foi inventada a categoria *Casulo* por atribuir esse sentido ao tempo dedicado à formação do educador, momento de reflexão sobre suas práticas pedagógicas, de troca de experiências, mudança de posturas e pensamentos, provocando um “renascimento”, uma construção nova nos modos de ser e de praticar a docência sob os pilares de uma educação voltada para a promoção dos direitos humanos.

No *Casulo*, ou seja, no Curso de Formação Docente para os Direitos da Infância e Juventude, fizemos uma abordagem dialógica, casando elementos teóricos e práticos, sob a perspectiva interdisciplinar e transversal de estudos em eixos temáticos, em seis módulos.

O primeiro módulo, “Prática Docente e Educação em Direitos Humanos”, aconteceu no dia 12 de maio de 2012, no Auditório da Comunidade Escolar “Mãos Dadas”, lugar onde ocorreram todos os módulos. Introduzimos o Curso com a exposição dos objetivos, metas, metodologia e eixos temáticos do Projeto.

Como “dinâmica inicial”, fizemos uma exposição em cor-dei dos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), articulando sua leitura com cenas (imagens) do cotidiano que violam os artigos da DUDH, principalmente de crianças e jovens, usando como mecanismo facilitador a música “A minha alma”, do grupo Rappa, interpretação que contribuiu para os cursistas refletirem sobre a realidade brasileira. Cada participante cursista foi convidado a fazer a leitura e a análise dos artigos da DUDH, relacionando música e imagens, de forma muito espontânea. No percurso, os convidamos para dançar, gesticular o corpo com fitas coloridas nas mãos, sob a melodia da música “Completo”, de Ivete Sangalo, encerrando a técnica com a construção coletiva da bandeira do Brasil, sobre o chão, em que cada participante se identificou pelo nome e apresentou suas expectativas ao refletir sobre as questões: “De que Educação em Direitos Humanos precisamos no Brasil? Qual artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos precisa ser vivenciado na realidade educacional brasileira? Esse momento foi potencialmente rico em aprendizados, pois as imagens e as letras das músicas instigaram sobre a necessidade de se desenvolver

uma educação para os Direitos Humanos comprometida com a paz, a justiça social e a diversidade.

Nesse espírito filosófico, passamos a abordar o tema “Prática Docente e Educação em Direitos Humanos”, com exibição em DVD do texto “Só de sacanagem”, de Elisa Lucinda, interpretado pela cantora Ana Carolina. Nele, é possível estabelecer a diferença entre um tipo de educação que se constituiu historicamente no Brasil, arraigada em uma estrutura social e institucional marcada pela violência e pela violação dos direitos humanos, principalmente na performance da corrupção, contrapondo-se a um modelo que se inventa, ensaia no cotidiano das nossas práticas, plantando sementes diárias de esperanças, as quais ousamos chamar de Educação em Direitos Humanos.

Como diz Vera Candau (2003), há, no mínimo, dois modelos de educação: um para a paz, os direitos humanos e a democracia; e outro para a cultura da violência. Essa educação da cultura de paz, dos direitos humanos e da democracia deve ser o fomento em todos os indivíduos do sentido dos valores universais e dos tipos de comportamento em que se baseia uma cultura da paz. O objetivo interativo dessa educação para a paz, os direitos humanos e a democracia é a preparação para a não violência.

Feitas essas reflexões, aprofundamos a nossa conversa com o tema “Educar em direitos humanos: compromisso com a vida”, buscando sempre relacionar uma educação em direitos humanos com o princípio da dignidade humana. Retomamos a categoria “celebrar a vida”, de Horta (2003), para desafiar os professores cursistas a fazerem essa celebração por meio da dança com fitas coloridas, ao som da música “Alegria”, interpretada por integrantes do *Cirque De Soleil*, um lindo vídeo encontrado no *Youtube*.

Na visão de Horta (2003), educar em Direitos Humanos significa compromisso com a vida, pois, o sentido de uma educação em valores deve ser a instauração de uma cultura cujo centro seja o ser humano e sua dignidade, e o fundamento dessa cultura devem ser os direitos humanos. Nossa atitude educacional só tem sentido dentro de um processo coletivo e democrático que contribua para recuperar o valor da vida. Essa meta tem de mobilizar-nos para a afirmação de uma visão política da

educação. Assim, uma educação que valorize, defenda e promova a vida como núcleo articulador da proposta pedagógica deve ter elementos metodológicos que possam ser desenvolvidos na sala de aula, a partir de quatro momentos para facilitar sua compreensão: *Olhar a vida*, *Conhecer a vida*, *Celebrar a Vida* e *Comprometer-se com ela*.

Para estudar o texto “Direitos humanos e educação: reflexões sobre a formação de educadores”, usamos a técnica “Roda de Conversa”, que, de forma mais despojada, suscitou uma troca de experiências das práticas docentes e reflexões quanto à necessidade de uma educação voltada para a dimensão da pessoa humana.

Enfatizando o campo específico educacional, ressaltamos que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96 apud CARDIERI, 2012), em seu artigo 32, enfatiza o papel e a importância da escola na criação das condições de aprendizagem que propiciem a todos a formação básica para a cidadania. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) indicam quatro princípios orientadores para a educação escolar e perspectivas para a formação cidadã: dignidade da pessoa humana, igualdade de direitos, participação e corresponsabilidade pela vida social.

No módulo II do Curso, refletimos sobre os “Fundamentos Básicos de Educação para os Direitos Humanos”; esse evento aconteceu no dia 26 de maio de 2012.

Com o escopo de aprofundar as discussões sobre a temática da educação em direitos humanos, partimos da exposição do texto “História e memória da Educação em Direitos Humanos: uma prática socioeducativa recente e inovadora” (SILVA, 2010), relevante para o conhecimento da trajetória de luta por uma educação em direitos humanos no Brasil, pontuando a experiência local de Caxias – MA, como um dos projetos anteriormente realizados e inovadores, em convênio com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e a Unesco. Exibimos o vídeo “Vida Maria”, para caracterizar o modelo educacional de violação dos direitos da pessoa humana que historicamente se construiu no Brasil, inclusive, o do acesso à educação em nossa cultura local e regional, identificando-nos com as histórias de vida das “Marias”

que nos atravessam, o que provocou o afloramento de nossa sensibilidade em relação ao tema.

A segunda exposição temática do módulo abordou os “Fundamentos históricos e filosóficos dos direitos humanos”, e foi ministrada pelo especialista em História, graduando em Direito e especializando em Educação em Direitos Humanos, Emerson de Souza Farias, que carrega também uma rica experiência com projeto nessa área. E com a advogada Mariana Moura, militante da causa dos direitos humanos, aprofundamos a discussão a respeito da “Educação em direitos humanos e o Plano Nacional de Educação em direitos humanos”. Feita a exposição, Mariana Moura usou a técnica: “Roda de conversa” com a leitura coletiva do texto “PNED: Educação Básica: concepções e princípios, Ações Programáticas” com os cursistas, situação em que o debate foi vivenciado intensamente.

O terceiro módulo do Curso de Formação Docente refletiu sobre o tema “Infância e Juventude: sujeitos de direitos e protagonismo na escola”, que aconteceu no dia 30 de junho de 2012. Após uma dinâmica introdutória, fizemos a exposição do tema “A história da criança no Brasil”, pontuando os contextos e as situações cotidianas de negação dos direitos da criança e adolescentes no país, destacando as condições historicamente estruturais. Foi marcante a exibição dos *clips* “Navio Negreiro” e “Relampiano”, interpretados pelo cantor Lenine, ambos traduzindo uma realidade de exclusão social e de luta no país, dando visibilidade aos sujeitos crianças e jovens, de uma forma a que não estamos acostumados a ler nos livros de história do Brasil.

Em continuidade à formação, Aldenora Concutelli, militante na causa da criança e do adolescente e atual coordenadora do CREAS de Caxias – MA, fez um relato de sua experiência a partir do eixo temático “O ECA e os instrumentos de efetivação dos direitos da Criança e do Adolescente”, momento emocionante quando descreveu sua luta no processo de efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente em âmbito local e nacional. Sua participação foi concluída com a apresentação do vídeo “O melhor lugar”, que trata de um drama vivenciado na escola, no qual a professora, tendo identificado marcas de violência no

corpo de uma aluna, tomou a decisão de fazer a denúncia aos órgãos de proteção e de defesa da criança e do adolescente.

Retornamos do almoço comunitário e, como de costume, fizemos uma exposição sobre “O jovem, a máquina jurídica e as políticas públicas”, momento em que trabalhamos as categorias adolescência e juventude, dando ênfase ao papel das políticas públicas na afirmação da identidade como sujeitos de direito.

A professora doutora Rosa Maria Macedo, da UFPI, abriu-lhantou-nos com sua participação, com a palestra “Protagonismo juvenil na escola”, usando a história da música como dispositivo para evidenciar o protagonismo dos jovens.

O quarto módulo do Curso foi realizado no dia 30 de julho, tematizando “As estratégias de prevenção à violência e o uso de drogas nas escolas com demandas infanto-juvenis”. Dada sua experiência com o tema em questão, Emerson Farias retornou como colaborador do módulo, fazendo primeiramente uma exibição do vídeo “Família, filhos e drogas”, ferramenta que usou como cenário explicativo para trabalhar os itens: “Drogas e jovens: abordagem contemporânea”; “As drogas na sociedade e o que a lei diz”; “Cotidiano escolar, drogas e violência”; “*Bullying* escolar”; e “Prevenção do uso de drogas: fatores de risco e de proteção”.

Vicelma Maria, pedagoga e mestre em Educação (UFPI), caminhou por outro tipo de abordagem, aprofundando o trabalho com o texto “Espiritualidade e educação: a meditação pela paz com jovens em Fortaleza”, experiência que conheceu e trouxe para compartilhar, relacionando também com sua dissertação de mestrado que trata da música *Rap* com jovens da periferia de Teresina, como potencializadora de cidadania de jovens. Vicelma privilegiou como estratégia de mediação de conflitos na escola as vivências de meditação, que oportunizam um olhar para dentro de si e para o outro. Concluiu sua participação com uma dinâmica que desafiava os professores a *olharem* as imagens e escreverem em uma folha em branco o que essas imagens “falavam, diziam” sobre ser criança e jovem. Após a socialização dessa técnica no grupo, encerramos com a apresentação do vídeo “A invenção da infância” e o desenvolvimento de uma técnica de meditação.

No quinto módulo, nosso objetivo foi discutir possíveis “Caminhos metodológicos para uma educação promotora da paz e da justiça com demandas infanto-juvenis na escola”. Esse encontro foi realizado no dia 25 de agosto; iniciamos com uma vivência coordenada pela professora doutora Shara Jane Holanda Costa Adad, da UFPI, parceira na coordenação do Observatório de Juventude, Violência e Cultura de Paz na Escola, que nos apresentou, como perspectiva, o método de pesquisa e de ensino Sociopoética. Partindo de um relaxamento, como prevê o método, vivenciamos na Oficina o tema “O que são direitos humanos?” por meio da técnica “Rabiscos”, na qual cada professor cursista foi orientado para, de olhos fechados e sentados no chão em círculos, rabiscar com um lápis, numa folha papel A4, esse conceito. Em seguida, focamos no rabisco feito, a parte que mais nos identificou e que melhor expressou o sentido atribuído à questão filosófica, “O que são Direitos Humanos?”. Fomos, então, estimulados a reproduzir, em tamanho maior, a parte escolhida do rabisco em uma cartolina e, através de outra modalidade artística, pintar a parte destacada do rabisco. Shara Jane nos orientou a fazer um encontro entre cada rabisco pessoal com o rabisco do outro ao lado, provocando um deslocamento de nossas produções individuais para a dos outros. O resultado dessa técnica foi a construção de um lindo painel, o qual denominamos “Rabiscos de Direitos Humanos”. A socialização dessa técnica foi muito rica em sentidos para a temática do Curso.

Logo após vivenciarmos outra técnica, “o espelho”. Shara fez uma exposição temática sobre “A Sociopoética e a construção coletiva do conhecimento”, estabelecendo a relação com o que construímos na técnica do rabisco. Para encerrar sua participação, fizemos uma “Roda de Embalo”, ao som de música instrumental, marcando um momento de introspecção e de envolvimento com o outro. Assim, concluímos os trabalhos da manhã, como um abraço.

Outra abordagem, que fizemos para conhecermos e construirmos caminhos de paz e justiça na escola, foi realizada por meio da exposição de Gustavo Cavarrubias, representando os Centros de Juventudes para a Paz (CEJUPAZ), entidade que se articula, em nível regional, à rede nordeste e que já desenvolve

significativo trabalho social na comunidade do Parque Alvorada. Gustavo partiu de um estudo de caso fictício para levar os professores a encontrarem soluções ao problema refletido, por meio da técnica do “Cochicho”. Feita a socialização do grupo, enfatizou que “não existe método para encontrar a paz, pois ela é feita ao caminhar”. Gustavo abordou justamente esse tema “A paz é o caminho: experiências e metodologias na construção da cultura de paz”. Durante sua exposição, apresentou um vídeo relatando uma experiência do Projeto JAP (Jovens Agentes da Paz), de Fortaleza – Ceará, no qual os próprios jovens protagonizam e vivenciam as experiências de construção de cultura de paz. Encerrou com a exibição do lindo vídeo The Potter.

Com base no que foi exposto por Gustavo e Shara Jane, buscamos entrelaçar as variadas abordagens feitas sobre o tema gerador do módulo. Destacamos alguns pontos do texto “Comunicação não violenta: apresentação de alguns princípios e métodos”, de Claudia M.M. Pierre, passando a relatar, em seguida, uma experiência vivenciada em Caxias – MA sobre uma estratégia de construção da cultura de paz e do protagonismo juvenil na escola, descrita no texto “Abraçando a vida como obra de arte: experiência de construção de cultura de paz com jovens na escola”.

Encerramos o módulo, com uma “Roda de boas vibrações” e com o desafio traçado para a semana de “ressuscitar palavras” esquecidas, silenciadas em nossas vidas que nos fazem falta como ferramentas necessárias para nossa luta diária de nos tornarmos mais humanos e criarmos uma educação em direitos humanos.

No sexto módulo, estudamos o tema “Elaboração de projetos sociais na temática da infância e juventude”, sob a monitoria do professor mestre Sebastião Carlos da Rocha Filho, do departamento de Economia da UFPI, vice-coordenador do Projeto, que conduziu o Curso com competência e simplicidade. Foi um momento de muito aprendizado, desafiando-nos a construir projetos sociais que darão rumo à segunda fase dessa experiência vivenciada.

Experiência de “Borboleta”: um Efeito/Ação afirmativa na Comunidade Escolar

Na fase da *Intervenção II* do Projeto, que denominamos “Efeito Borboleta”, foram destinadas 5h/a ao trabalho de intervenção na própria comunidade escolar dos professores capacitados no Curso de Formação Docente em Educação para os Direitos da Infância e Juventude, representantes de dez escolas da rede pública de ensino de Timon, na modalidade de Educação Básica, por meio de Ações Afirmativas sobre o tema estudado no módulo. A ideia de “efeito borboleta” traduz o sentido de que cada educador, em processo de formação na temática da educação em direitos humanos, torne-se um multiplicador dos aprendizados, levando a outras pessoas e comunidades os resultados das construções teóricas e das vivências significativas da experiência de casulo, ou seja, em cada módulo. Nas Ações Afirmativas valorizamos vertentes metodológicas que privilegiem a construção do conhecimento de modo coletivo, mediante formas lúdicas e psicomotoras, reforçando vivências baseados no método de não violência e de práticas de pesquisas que tenham caráter participativo e colaborativo.

Uma amostra dessas Ações Afirmativas “efeito borboleta” foi a atividade de extensão realizada na Unidade Escolar Luiz Miguel Budaruiche, em Timon, em que os cursistas realizaram o I Encontro de Professores, no dia 6 de junho de 2012, referente aos módulos I e II do Curso. Entre as atividades, destacamos: a apresentação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em forma de literatura de cordel; a técnica de construção da bandeira brasileira com tampinhas de garrafas pet; a técnica “Árvore das Mãos”, com a finalidade de construir uma rede de ideias sobre a valorização dos Direitos Humanos; exposição, com uso de *datashow*, da temática “Direitos Humanos fundamentais na Constituição Federal de 1988: artigos da Constituição que garantem os direitos individuais e coletivos”, com a posterior discussão: “Tais direitos estão sendo respeitados?”, e a exibição de vídeo: “Violação dos direitos humanos”. No segundo momento de exposição, trabalharam o tema “Direitos

humanos e educação: LDBEN 9394/96 e os PCNs”. Exibiram imagens e charges do cotidiano sobre violação dos direitos fundamentais, com destaque para o vídeo “Eu só peço a Deus”, com a interpretação de Mercedes Sosa e Beth Carvalho. Apresentaram aos professores o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, encerrando o encontro com a exibição do vídeo: “Alegria”, interpretado pelo *Cirque De Soleil*. O “efeito borboleta” desta atividade foi realizado com alunos do 7º ano vespertino, que, após terem estudado a temática do *bullying*, reproduziram os efeitos de seus aprendizados nas turmas dos 2º e 5º anos do turno matutino, com uso de cartazes e desenhos produzidos pelos próprios alunos. Outras ações foram realizadas, representando o desabrochar de novas flores nos “jardins” das comunidades escolares.

Conclusão

O desenvolvimento do *Projeto de Formação Docente em Educação para os Direitos da Infância e Juventude*, que teve, nessa primeira fase desenvolvida, como principal desdobramento o Curso de Formação Docente em Educação para os Direitos da Infância e Juventude, tem se constituído em um rico laboratório de vivência e de análise de práticas socioeducativas que intencionam transcender o paradigma de educação instituído historicamente, cujos alicerces estão ainda fincados em uma cultura de violência e de negação dos direitos da pessoa humana. Além da produção de saberes que atravessam a vida em suas variadas dimensões, percebemos que um dos maiores aprendizados adquiridos nas vivências, ou seja, no “casulo”, proporcionado por cada módulo de estudo da temática, é o entendimento de que educar em direitos humanos deve partir da inteireza do que é o ser humano, entendendo que ele é a razão que mobiliza tal perspectiva, tendo a vida com dignidade como princípio maior, em vista da construção de uma cultura educacional em direitos humanos. E que, a partir desse novo olhar para a pessoa e para vida, articula-se a necessidade de abraçarmos o outro, os outros, tecendo uma rede de ações positivas potenciadoras

da paz e da justiça, que só a força da ação desencadeada coletivamente é capaz de gerar. Nesse caminho, a educação é uma ferramenta imprescindível de construção desse novo horizonte, sendo ela a instância que pode tornar os direitos conquistados mais presentes e mais eficazes na vida das pessoas, um meio de estabelecer relações de poder mais horizontalizadas, nas quais o saber instituído do direito seja um canal de construção da democracia e da cidadania.

Por outro lado, a vivência no Curso de Formação Docente nos revelou que o sistema educacional ainda se encontra distante dessa perspectiva, de forma que os professores têm encontrado dificuldades em fazer uma investida na sua formação nessa temática, dadas as condições estruturais e de funcionamento do trabalho docente, que se mantém mais reprodutivista, instrumental e menos comprometida com uma perspectiva axiológica de educação, que vislumbre relações humanas mais justas e fraternas. Mesmo assim, temos ousado acreditar que é na escola, entendendo-a como lugar de resistência, de fuga do instituído violentamente, que se operam as mudanças, que ganha corpo e forma outra educação sonhada e possível, por meio de pequenas ações, dizeres, saberes burilados pelas mãos coletivas dos educadores, artesãos dessa nova cultura social, política e educacional que desejamos viver.

Referências

ARENDETT, Hannah. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BARROS, José Marcio. A diversidade cultural e os desafios de desenvolvimento e inclusão: por uma cultura da mudança. IN: BARROS, José Marcio (Org.) **As mediações da cultura**: arte, processo e cidadania. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2009.

BENEVIDES, Maria Victória. **Educação em Direitos Humanos**: de que se trata? Palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos, São Paulo em 18/10/2012. Disponível em: <www.hot-topos.com/convenit6/victoria.htm>. Acesso em: 25 mar. 2011.

BERNARDES, Márcia Nina. Educação em Direitos humanos e a consolidação de uma cultura democrática. In: BITTAR, Eduardo C.; TOSI, Giuseppe. **Democracia e educação em direitos humanos numa época de insegurança**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2008.

BONDIA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. <<http://www.anped.org.br>> Acesso em 22.08.13.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3**. ed. rev. Brasília: SEDH/PR, 2010.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Presidência da República; Ministério da Educação; Ministério da Justiça; UNESCO, 2009.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CANDAU, Vera. (Org.). **Educar em direitos humanos**: construir democracia. RJ: DP&A, 2003.

CARBONARI, Paulo Cezar. Educação em direitos humanos: estudo de caso em São Benedito. In: BITTAR, Eduardo C.; TOSI, Giuseppe. **Democracia e educação em direitos humanos numa época de insegurança**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2008.

CARDIERI, Elisabete. **Direitos humanos**: reflexões sobre formação de educadores. Disponível em: <<http://www.andihep.org.br/imagens/downloads/encontros/anais/vencontro/gt2/gt02p02.pdf>>.2009. Acesso em: 01.abr. 2012.

CARVALHO, José Sergio. (Org.). **Educação, cidadania e direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano 1: arte de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

HADLER. Oriana Holsbach; GUARESCHI. Neuza M.F. O guia de políticas públicas de juventude: a produção do sujeito jovem cidadão produtivo. In: **Anais do IV JUBRA – Juventudes Contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. PUC-MG, BH, Jun. 2010.

LUSTOSA. Patrícia; NOBRE. Renarde Freire. O jovem e a máquina jurídica. In: **Anais do IV JUBRA – Juventudes Contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. PUC-MG, BH, Jun. 2010.

HORTA, Maria Del Mar Rubio. Educar em direitos humanos: compromisso com a vida. In: CANDAU, Vera. (Org.). **Educar em direitos humanos: construir democracia**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MACEDO, Rosa Maria de Almeida; BOMFIM, Maria do Carmo Alves do. **Um olhar sobre juventudes, escola e violências**. Teresina: Expansão, 2007.

PELBART, Peter Pal. **A vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea**. SP: Iluminuras, 2000.

PETIT, Sandra; SILVA, Rebeca Alcântara e. Entre afetos e conceitos: tematizando o preconceito racial em uma escola cearense. In: MATOS, Kelma Socorro Lopes de. **Movimentos Sociais, educação popular e escola: a favor da diversidade**. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

RAYO. José Tuvilla. **Educação em direitos humanos: rumo a uma perspectiva global**. Tradução Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SILVA, Aida Maria Monteiro. Direitos humanos na educação básica: qual o significado? In: _____; TAVARES, Celma. (Orgs.). **Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Maria do Socorro Borges da Silva. História e memória da Educação em Direitos Humanos: uma prática socioeducativa recente e inovadora. **Linguagens, Educação e Sociedade**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI/CCE. ISSN: 1518-0743, ano 15, nº 22, jan./jun. 2010.

SPOSITO. Marília. Trajetórias na construção de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS. Maria Virginia de; PAPA, Fernan-

da de Carvalho. (Orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, Fundação Friedrich Ebert, 2003.

TARDIF, Maurice. **Os saberes dos professores em seu trabalho e em sua formação**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. (Coleção Pensadores & Educação).

VIOLA. Solon Eduardo Annes. Políticas de Educação em Direitos Humanos. In: SILVA, Anda Maria Monteiro; TAVARES, Celma. **Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2010.

WARAT, Luis Alberto. Direitos Humanos: subjetividade e práticas pedagógicas. In. SOUSA Jr., José Geraldo de et al. (Orgs.). **Educando para os direitos humanos: pautas pedagógicas para a cidadania na universidade**. Porto Alegre: Síntese, 2004.